TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO

DECISÃO DO DIRETOR-GERAL

Processo Administrativo Eletrônico nº 2829/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Trata-se de processo administrativo eletrônico com vistas à locação de imóvel que continuará a servir de local de funcionamento do Cartório Eleitoral da 35ª Zona Eleitoral em Juína - MT.
2. Ressalto que o Contrato atual (Contrato nº 31/2014) encerrar-se-á no dia 30/09/2019.
3. Em consonância com as informações trazidas aos autos, destaco:
 - a) A carta proposta de locação do proprietário do imóvel, no valor mensal do aluguel de R\$ 4.250,00 (quatro mil, duzentos e cinquenta reais), consoante se observa no Documento eletrônico nº 042097/2019;
 - b) As cópias dos documentos pessoais e as certidões de regularidade dos proprietários do imóvel, Senhor VALDIR JOSÉ GOULARTE (CPF nº 177.996.781-00) e Senhora MARIA DAS GRAÇAS REIS GOULARTE (CPF nº 971.838.301-87), bem como a escritura pública do imóvel, certidão negativa de débitos, certidão de inteiro teor e ônus e planta baixa do imóvel, encontram-se acostados aos autos nos Documentos eletrônicos nº 042097/2019, nº 045599/2019, nº 045603/2019, nº 045606/2019, nº 045609/2019, nº 045612/2019, nº 045614/2019, nº 046674/2019, nº 051162/2019 e nº 054386/2019;

c) A declaração da Secretaria de Patrimônio da União (Documento eletrônico nº 046456/2019) que comprova a inexistência de imóvel próprio da União disponível no Município;

d) O Laudo Técnico de Avaliação de valor locativo realizado pela empresa ELO ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. (Documento eletrônico nº 063168/2019) registrou as condições do imóvel pretendido e apresentou os seguintes resultados: valor mínimo de R\$ 4.600,00, valor máximo de R\$ 5.600,00 e valor médio de mercado no valor de R\$ 5.100,00; ou seja, o valor de locação constante neste processo encontra-se bem abaixo da avaliação;

e) A Assessoria Jurídica, por meio do Parecer nº 420/2019-ASJUR (Documento eletrônico nº 067079/2019), procedeu ao enquadramento legal da despesa, inferindo pela aplicabilidade do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, bem como aprovou a minuta de contrato acostada no Documento eletrônico nº 057145/2019, ressalvando, no entanto, que a matrícula do imóvel carece da necessária averbação da edificação, tendo em vista que registra tão somente um lote urbano com 555,00 m²;

f) Importante ressaltar que a obrigatoriedade dos locadores para a averbação da construção do prédio no registro do imóvel, no prazo de 180 dias a contar da assinatura da presente avença, encontra-se albergada na minuta do contrato de locação a ser celebrado, mais precisamente na CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES, em seu item 9.1.6.;

g) A Coordenadoria Orçamentária e Financeira apresentou a informação de disponibilidade orçamentária acostada no Documento eletrônico nº 057559/2019, atestando à existência de recursos orçamentários suficientes para acobertar a despesa pretendida;

h) Consta, ainda, a declaração do Juiz Eleitoral e do Chefe de Cartório que atestam a observância do permissivo legal insculpido no “caput” do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, com suporte

também no art. 12 da Resolução TRE/MT nº 795/2011, especialmente ao postulado do binômio necessidade de instalação x localização imóvel como condicionante da escolha do imóvel, conforme apurado no Documento eletrônico nº 042097/2019 e demonstrado no Documento eletrônico nº 042113/2019.

4. Diante do exposto, atendidas às disposições legais e, ao corroborar com a instrução procedimental e anuir integralmente os termos da peça opinativa supracitada, bem como demonstrada a necessidade e viabilidade da locação, tendo por sustentação a competência delegada pela Portaria TRE-MT nº 117/2018, publicada no DJE nº 2626, de 20/04/2018 **autorizo, condicionado à ratificação Presidencial, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/1993:**

a) a realização da despesa, com a consequente contratação direta da locação do imóvel descrito na Cláusula Primeira da minuta de Contrato apresentada no Documento eletrônico nº 057145/2019, com vigência de 60 (sessenta) meses, no valor de **R\$ 4.250,00** (quatro mil, duzentos e cinquenta reais) mensais, nos termos aprovados pela ASJUR e **CONDICIONADO** à regularidade das certidões dos locadores;

b) a dispensa de licitação, fundamentada no artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/1993, com determinação de publicação no DJE/Diário Oficial da União-DOU, como condição para a eficácia dos atos, conforme exigência do artigo 26 do citado diploma legal;

c) emissão da respectiva nota de empenho e das vias contratuais definitivas.

5. Considerando as informações apresentadas pela Coordenadoria Orçamentária e Financeira - COF/SAO, em consonância com os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria nº 111/2012, **declaro** que a presente despesa tem a adequação e conformidade com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do artigo 16, inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

6. **Submeto** o presente processo administrativo ao Excelentíssimo Presidente deste Tribunal propondo sua ratificação, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria TRE-MT nº 117/2018.

7. Ao final, pondero pelo encaminhamento direto à **Secretaria de Administração e Orçamento** para adoção das medidas pertinentes, com posterior emissão das vias contratuais definitivas, emissão da respectiva nota de empenho e publicação do ato.

Cuiabá-MT, em 16 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO RODRIGUES DIOGO
Diretor-Geral